

META DE INFLAÇÃO E JUROS

Roberto Figueiredo Guimarães
Diretor da ABDIB e ex-Secretário do Tesouro Nacional

Na semana passada o Banco Central enviou ao Ministro da Fazenda, Carta Aberta sobre o descumprimento da meta de inflação, já que o limite superior, que poderia atingir 4,5%, alcançou 5,35% no acumulado em 12 meses.

Segundo a Autoridade Monetária, a inflação acima do intervalo de tolerância decorreu da atividade econômica aquecida, expectativas de inflação desancoradas, inércia inflacionária e depreciação cambial.

Detalhando mais um pouco, a Carta afirma que uns dos fatores que mais contribuíram para o desvio foram a inflação importada e a bandeira tarifária de energia elétrica.

A Carta enfatiza os efeitos defasados sobre a inflação em função da alta do câmbio ao longo de 2024 e da piora do cenário hídrico, que resultou em mudanças da bandeira tarifária de energia, que pressionaram a inflação.

O Banco Central, após justificar as elevadas taxas de juros para trazer a inflação para a meta, finaliza a Carta dizendo que estará atento à evolução das pressões inflacionárias e não hesitará em tomar medidas adicionais, caso julgue apropriado.

Meus comentários. O Banco Central foi parcialmente responsável por parte dessa inflação, notadamente a decorrente das expectativas e do câmbio, pois ao longo de 2024 jogou lenha na fogueira afirmando que o “fiscal” estava muito ruim. Além disso, não gerenciou adequadamente a política cambial, mesmo tendo mais de US\$ 350 bilhões em caixa.

O dólar, que havia alcançado R\$ 6,30 no início do ano, chegou em R\$ 5,40 antes do tarifaço do Trump. Sabem o que aconteceu com o “fiscal” nesse período? Absolutamente nada.

Além disso, não adianta aumentar as taxas de juros para conter uma inflação proveniente de choques de oferta, como a decorrente da piora do cenário hídrico.

Pobre do Tesouro Nacional que vai gastar em 2025 mais de R\$ 1,0 trilhão com juros. Pobre também das empresas e das famílias endividadas.